

# EURO-LETTER<sup>(\*)</sup>

N.º 126

Dezembro de 2005

A Euro-letter é publicada pela ILGA-Europa – a estrutura regional europeia da Associação Internacional Lésbica e Gay (*International Lesbian and Gay Association*), com o apoio da Comunidade Europeia – A União Europeia contra a Discriminação.

**Editor:** *Juris Lavrikovs*.

**Para nos contactar:** [euroletter@ilga-europe.org](mailto:euroletter@ilga-europe.org)

**Para receber a EuroLetter** [em inglês]: basta enviar uma mensagem sem conteúdo para [euroletter-subscribe@egroups.com](mailto:euroletter-subscribe@egroups.com).

**Números anteriores:** Todas as Euro-Letters em inglês, bem como as traduções em alemão e português a partir do n.º 76 (Janeiro de 2000), estão disponíveis, em formato pdf, no nosso *website*, [www.ilga-europe.org/europe/publications/euro\\_letter](http://www.ilga-europe.org/europe/publications/euro_letter).

A ILGA-Europa agradece à Frente de Libertação Lésbica e Gay as traduções alemãs da Euro-Letter, que estão igualmente disponíveis no *website* da organização: [www.lglf.de](http://www.lglf.de)

A informação contida nesta publicação não reflecte necessariamente a posição ou opiniões da Comissão Europeia.

## NESTE NÚMERO:

- Conferência europeia da ILGA, 26-30 de Outubro de 2005, em Paris
- ILGA-Europa participa em conferência sobre os benefícios da diversidade no mundo empresarial
- Oportunidade de financiamento – programa DAPHNE II, prevenir e combater a violência exercida contra as crianças, os jovens e as mulheres
- Reunião semestral entre a Plataforma Social e a Comissão
- UE: Legislação anti-discriminação: Comparação entre os 25 Estados-Membros
- Garantias e sanções na legislação comunitária contra a discriminação
- Programa de Acção Comunitário para apoiar as entidades que operam no domínio da cidadania europeia activa
- Tornar Bruxelas mais transparente?
- Relatórios sobre o alargamento, 2005
- Lituânia: Deputada conservadora contra a realização da conferência europeia da ILGA em Vilnius
- Bélgica: Outra vitória em matéria de adopção

(\*) A presente versão portuguesa foi preparada com finalidade meramente informativa, não sendo o seu autor tradutor profissional. Assim, e embora tenham sido envidados todos os esforços para assegurar a fidelidade da tradução, esta não deve ser reproduzida sem ser confrontada com a versão inglesa (original) da Euro-Letter. Todas as citações de documentos oficiais que não contenham menção da respectiva fonte são da responsabilidade do tradutor, não dispensando, por isso mesmo, a consulta das respectivas versões autênticas.

- Reino Unido: *Stonewall* «regozija-se» com a cedência do governo em matéria de bens e serviços
- Irlanda: Relatório sobre reforma constitucional defende a consagração de direitos para os casais não unidos pelo matrimónio
- Reino Unido: Deixem os homossexuais casar, diz proeminente Juíza
- 50 000 casais de pessoas do mesmo sexo nos Países Baixos
- Cidade polaca proíbe marcha gay por razões de segurança; organizadores afirmam que existiram influências religiosas por detrás da decisão
- A Europa tem de reagir imediatamente contra a discriminação e a homofobia na Polónia
- Carta da ILGA-Europa sobre a situação na Polónia enviada aos responsáveis comunitários
- Tomada de posição do Intergrupo do Parlamento Europeu Para os Direitos de Gays e Lésbicas sobre a situação na Polónia
- Tomada de posição da Amnistia Internacional sobre a situação na Polónia
- Suécia: Åke Green absolvido pelo sermão relativo a gays
- Suécia: Lésbicas que se beijaram não foram vítimas de discriminação
- Bósnia-Herzegovina: IIVQM reconhecido legalmente
- Suécia: Perseguição fundada no género ou na orientação sexual poderá ser motivo de concessão de estatuto de refugiado
- Noruega: Inseminação artificial para lésbicas
- Sondagem: Checos mais tolerantes em relação aos gays do que os polacos e eslovacos
- Federação Europeia Gay e Lésbica de Desporto – carta de divulgação
- Convite à apresentação de trabalhos para a conferência anual sobre identidade, sexualidade e diversidade da associação feminista e de estudos de mulheres

## CONFERÊNCIA EUROPEIA DA ILGA, 26-30 DE OUTUBRO DE 2005, EM PARIS

### *ILGA-Europa*

Quase 200 representantes oriundos de toda a Europa reuniram-se nos dias 26 a 30 de Outubro de 2005 em Paris, para a 27.<sup>a</sup> Conferência Europeia Anual da ILGA, sob o lema «Unidos na Diversidade». A Conferência foi co-organizada pela «ILGA-Europa Paris 2005», uma equipa de organizações lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais (LGBT) francesas.

No decurso de mais de 30 grupos de trabalho, reuniões informais, sessões plenárias e espaços públicos de discussão, os delegados analisaram uma vasta gama de questões tais como a liberdade de reunião, o reconhecimento das famílias de pessoas do mesmo sexo, a discriminação no domínio do emprego e questões relacionadas com lésbicas, bissexuais e transsexuais, entre outras.

A Conferência elegeu ainda o novo Conselho Executivo da ILGA-Europa: Philipp Braun (*LSVD*, Alemanha), Vera Cimpeanu (*Accept*, Roménia), Riccardo Gottardi (*Arcigay*, Itália), Vanja Hamsic (*Organização Q*, Bósnia Herzegovina), Kurt Krückler (*HOSI-Wien*, Áustria), Deborah Lambillotte (*Holebifederatie*, Bélgica), Jackie Lewis (*UNISON*, Reino Unido), Miha Lobnik (*Legebitre*, Eslovénia), Maya Salvado (*APGL*, França) e Pierre Serne (*Comissão LGBT de «Os Verdes»*, França).

Foram eleitos como membros suplentes do Conselho Elisabet Qvarford (*TCO*, Suécia) e Inge-Lise Paulsen (*LBL*, Dinamarca).

A Conferência confirmou ainda Jackie Lewis (*UNISON*, Reino Unido) e Janfrans Van Der Eerden (*COC*, Holanda) como os representantes da ILGA-Europa no Conselho Executivo da ILGA.

Foram eleitos como membros suplentes da ILGA-Europa no Conselho Executivo da ILGA Ruth Baldacchino (*Movimento pelos Direitos dos Homossexuais de Malta*, Malta) e Yves de Matteis (*360*, Suíça).

O relatório integral da Conferência será disponibilizado no nosso *website* em Janeiro de 2006: [www.ilga-europe.org](http://www.ilga-europe.org).

A próxima Conferência Europeia da ILGA, que terá lugar em 2006, decorrerá em Paris, França, e a Conferência escolheu Vilnius, Lituânia, para receber a Conferência de 2007.

## ILGA-EUROPA PARTICIPA EM CONFERÊNCIA SOBRE OS BENEFÍCIOS DA DIVERSIDADE NO MUNDO EMPRESARIAL

### *Pela ILGA-Europa*

As políticas de promoção da diversidade fazem sentido, afirmam 83% das empresas que as adoptaram. Esta é uma das conclusões de uma recente sondagem europeia que procurou determinar, junto de 800 empresas (tanto do sector da alta tecnologia como PME [Pequenas e Médias Empresas]), quais as atitudes dos seus responsáveis em matéria de diversidade e as políticas por elas adoptadas nesta matéria. Os resultados da sondagem foram publicados num relatório, juntamente com um conjunto de boas práticas adoptadas por várias companhias que mantêm políticas de diversidade ([http://europa.eu.int/comm/employment\\_social/fundamental\\_rights/pdf/events/busicase\\_en.pdf](http://europa.eu.int/comm/employment_social/fundamental_rights/pdf/events/busicase_en.pdf)).

O relatório foi divulgado numa conferência europeia que decorreu em Bruxelas nos dias 28 e 29 de Novembro. O projecto é financiado através do Programa de Acção Comunitário de Luta contra a Discriminação (<http://www.conferenceboard.org/worldwide/europediversity.cfm>). A ILGA-Europa participou nesta conferência e distribuiu um panfleto sobre a diversidade de orientação sexual no emprego (que brevemente estará disponível no nosso *website*: <http://www.ilga-europe.org/europe/issues/employment>).

## **OPORTUNIDADE DE FINANCIAMENTO – PROGRAMA DAPHNE II PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA EXERCIDA CONTRA AS CRIANÇAS, OS JOVENS E AS MULHERES**

*Fonte: Comissão Europeia*

Esta informação preliminar é meramente indicativa e destina-se a permitir que os eventuais interessados possam começar a preparar os seus projectos DAPHNE para 2006 enquanto se aguarda a publicação da abertura do concurso.

*Calendarização:*

**Publicação:** Finais de Novembro, princípios de Dezembro de 2005.

**Data limite:** 10 de Fevereiro de 2006

**Novidades deste ano:**

- só pode ser apresentada uma candidatura (em vez de duas, como sucedeu em 2004 e 2005);
- financiamento máximo por candidatura; € 175 000 para cada período de 12 meses (em vez dos € 125 000 anteriores); financiamento para projectos de 12 e 24 meses;
- co-financiamento máximo de 80% por parte da Comissão,
- para além dos Estados-Membros da UE e países da EFTA/EEE e candidatos à adesão, este ano o programa será ainda aberto à participação não financiada da Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, as antigas repúblicas jugoslavas da Macedónia, e Sérvia e Montenegro.

**Prioridades:**

- Violência entre pares e mecanismos de protecção contra os pares
- Legislação europeia relativa à violência
- Participação de crianças, jovens e mulheres na prevenção da violência e no apoio à vítima
- Recolha de indicadores e dados conexos
- Definição de questões estratégicas a partir do trabalho desenvolvido por projectos financiados pelo DAPHNE
- Recolha, adaptação e utilização das boas práticas existentes

**Mais detalhes podem ser encontrados em:** [http://europa.eu.int/comm/justice\\_home/funding/daphne/funding\\_daphne\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/justice_home/funding/daphne/funding_daphne_en.htm)

## **REUNIÃO SEMESTRAL ENTRE A PLATAFORMA SOCIAL E A COMISSÃO**

*Por Evelyne Paradis, ILGA-Europa*

No dia 18 de Novembro de 2005, as ONG que integram a Plataforma Social reuniram com representantes da Comissão Europeia no âmbito do diálogo em curso entre a Plataforma e a Comissão. Esta reunião semestral com a Comissão abordou, entre outros, os seguintes temas: melhoria do Método de Coordenação Aberto no domínio da inclusão social, a comunicação relativa aos serviços sociais e o Ano da Igualdade de Oportunidades, 2007.

Os participantes na reunião reiteraram as suas preocupações quanto a um menor empenho relativamente à agenda social da UE em benefício da agenda económica. Em resposta às preocupações manifestadas pelas ONG, a Sra. Odile Quentin (Directora-Geral da DG do Emprego,

Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades) encorajou os participantes a continuarem a trabalhar com vista à protecção das pessoas e não dos empregos. Ela sublinhou ainda a importância dos direitos fundamentais para a protecção social no contexto de uma crescente flexibilidade e mobilidade dos trabalhadores.

Num tom mais prático, os representantes da Comissão confirmaram que a proposta para o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades deverá ser aprovado pelo Parlamento nos inícios de Dezembro. As ONG foram ainda informadas de que podem esperar a publicação de uma comunicação sobre os serviços sociais no início de 2006. A ILGA-Europa irá acompanhar estas iniciativas da Comissão ao longo dos próximos meses.

AS ONG foram ainda encorajadas a seguir atentamente as discussões que antecederão a cimeira do Conselho, na Primavera, e prevenidas de que deverão ser tomadas decisões políticas cruciais em Viena no tocante ao futuro da agenda social da UE.

### **UE: LEGISLAÇÃO ANTI-DISCRIMINAÇÃO: COMPARAÇÃO entre OS 25 ESTADOS-MEMBROS**

*Fonte: Campanha da UE pela Diversidade, Contra a Discriminação, 9 de Novembro de 2005, [www.stop-discrimination.info](http://www.stop-discrimination.info)*

O Grupo de Peritos da Comissão Europeia no domínio da luta contra a discriminação publicou uma nova análise comparativa da legislação contra a discriminação nos 25 Estados-Membros da UE, com base nos relatórios nacionais mais detalhados já elaborados. O relatório compara e assinala as diferenças entre as várias legislações nacionais, identificando tendências e aspectos comuns na implementação das duas directivas. Analisando separadamente e em conjunto cada um dos diferentes fundamentos de discriminação, o relatório oferece uma visão abrangente da legislação nacional de luta contra a discriminação em toda a UE.

O relatório em língua inglesa pode ser encontrado neste endereço:

[www.europa.eu.int/comm/employment\\_social/fundamental\\_rights/pdf/legnet/05compan\\_en.pdf](http://www.europa.eu.int/comm/employment_social/fundamental_rights/pdf/legnet/05compan_en.pdf)

Em língua francesa:

[www.europa.eu.int/comm/employment\\_social/fundamental\\_rights/pdf/legnet/05compan\\_fr.pdf](http://www.europa.eu.int/comm/employment_social/fundamental_rights/pdf/legnet/05compan_fr.pdf)

Em língua alemã:

[www.europa.eu.int/comm/employment\\_social/fundamental\\_rights/pdf/legnet/05compan\\_de.pdf](http://www.europa.eu.int/comm/employment_social/fundamental_rights/pdf/legnet/05compan_de.pdf)

### **Garantias e sanções na legislação comunitária contra a discriminação**

O Grupo publicou igualmente um novo relatório onde analisa o conceito de «sanções efectivas, proporcionais e dissuasoras» – e o que isso implica para a implementação das directivas sobre discriminação racial e sobre a discriminação no domínio do emprego. A título informativo, o relatório analisa o desenvolvimento e o significado do conceito no domínio da legislação comunitária relativa à igualdade sexual (onde surgiu historicamente) e da legislação comunitária em geral. De seguida, analisa a questão do ponto de vista do direito internacional dos direitos humanos. Por fim, analisa as garantias e sanções no quadro específico das directivas da UE, bem como a questão dos limites máximos para as indemnizações.

O relatório está actualmente disponível em inglês:

[www.europa.eu.int/comm/employment\\_social/fundamental\\_rights/pdf/legisl/remsan\\_en.pdf](http://www.europa.eu.int/comm/employment_social/fundamental_rights/pdf/legisl/remsan_en.pdf)

Versões em francês e alemão serão disponibilizadas brevemente.

## PROGRAMA DE ACÇÃO COMUNITÁRIO PARA APOIAR AS ENTIDADES QUE OPERAM NO DOMÍNIO DA CIDADANIA EUROPEIA ACTIVA

*Fonte: Comissão Europeia*

O objectivo geral do programa consiste em apoiar o trabalho desenvolvido no domínio da cidadania europeia activa, promovendo as acções e o funcionamento das entidades que operam neste domínio. Este apoio reveste a forma de uma subvenção de funcionamento destinada a co-financiar as despesas ligadas ao programa de trabalho permanente destas entidades. Para poder beneficiar de uma subvenção de funcionamento, uma organização deve reunir os seguintes requisitos: deve ser um organismo público ou privado com estatuto jurídico e personalidade jurídica; deve ser uma organização sem fins lucrativos e independente, com actividade no domínio da cidadania europeia activa; deve possuir uma estrutura que permita desenvolver acções com potencial impacto ao nível de toda a União Europeia.

O orçamento total previsto para 2006 é de € 3 360 000. Pelo menos 20 % dos orçamentos dos organismos deverão ser co-financiados por fontes não comunitárias.

As candidaturas devem ser apresentadas o mais tardar até **30 de Dezembro 2005**.

O texto integral do concurso e os formulários de candidatura estão disponíveis no seguinte *website*: [http://europa.eu.int/comm/dgs/education\\_culture/activecitizenship/5905/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/dgs/education_culture/activecitizenship/5905/index_en.htm).

## TORNAR BRUXELAS MAIS TRANSPARENTE?

*Fonte: Comissão Europeia, 9 de Novembro de 2005*

Quem obtém financiamento comunitário? Que influência os grupos de pressão têm? Que regras de conduta devem observar os responsáveis pelas instituições europeias? No dia 9 de Novembro a Comissão decidiu lançar uma «Iniciativa pela Transparência Europeia». Um livro verde deverá ser publicado no início de 2006 para lançar um debate com todos os diferentes interessados sobre a forma como pode ser melhorada a transparência na aplicação dos fundos comunitários, a consulta com a sociedade civil e o papel dos grupos de pressão e das ONG no processo de decisão das instituições europeias. Esta iniciativa é o complemento lógico do Plano D de Democracia, de Diálogo e de Debate.

Para mais informação:

[http://europa.eu.int/comm/commission\\_barroso/kallas/transparency\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/commission_barroso/kallas/transparency_en.htm)

## RELATÓRIOS SOBRE O ALARGAMENTO, 2005

*Fonte: Comissão Europeia*

No dia 9 de Novembro, a Comissão Europeia aprovou novos relatórios sobre o processo de alargamento da UE. O «pacote do alargamento» analisa os progressos e perspectivas da Croácia e Turquia e de outros potenciais candidatos dos Balcãs ocidentais (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia e Montenegro e Kosovo).

As relações entre a UE e a Croácia e Turquia entraram numa nova fase com a abertura das negociações com vista à adesão em 3 de Outubro de 2005. Os relatórios sobre os progressos

ocorridos descrevem os desenvolvimentos políticos e económicos que ocorreram na Croácia e na Turquia, bem como a capacidade destes países para transpor e implementar a legislação da UE. Eles sublinham os principais feitos e identificam as deficiências.

Embora a orientação sexual seja mencionada em todos os documentos, apenas um par de relatórios contém provas e exemplos concretos relativos a casos ou eventos envolvendo pessoas e organizações LGBT (Turquia e Bósnia-Herzegovina).

Relatório sobre a **Croácia**:

[http://europa.eu.int/comm/enlargement/report\\_2005/pdf/package/sec\\_1424\\_final\\_en\\_progress\\_report\\_hr.pdf](http://europa.eu.int/comm/enlargement/report_2005/pdf/package/sec_1424_final_en_progress_report_hr.pdf).

Relatório sobre a **Turquia**:

[http://europa.eu.int/comm/enlargement/report\\_2005/pdf/package/sec\\_1426\\_final\\_en\\_progress\\_report\\_tr.pdf](http://europa.eu.int/comm/enlargement/report_2005/pdf/package/sec_1426_final_en_progress_report_tr.pdf)

Relatório sobre a **Albânia**:

[http://europa.eu.int/comm/enlargement/report\\_2005/pdf/package/sec\\_1421\\_final\\_en\\_progress\\_report\\_al.pdf](http://europa.eu.int/comm/enlargement/report_2005/pdf/package/sec_1421_final_en_progress_report_al.pdf)

Relatório sobre a **Bósnia-Herzegovina**:

[http://europa.eu.int/comm/enlargement/report\\_2005/pdf/package/sec\\_1422\\_final\\_en\\_progress\\_report\\_ba.pdf](http://europa.eu.int/comm/enlargement/report_2005/pdf/package/sec_1422_final_en_progress_report_ba.pdf)

Relatório sobre a **Sérvia-Montenegro**:

[http://europa.eu.int/comm/enlargement/report\\_2005/pdf/package/sec\\_1428\\_final\\_en\\_progress\\_report\\_cs.pdf](http://europa.eu.int/comm/enlargement/report_2005/pdf/package/sec_1428_final_en_progress_report_cs.pdf)

Relatório sobre o **Kosovo**:

[http://europa.eu.int/comm/enlargement/report\\_2005/pdf/package/sec\\_1423\\_final\\_en\\_progress\\_report\\_ks.pdf](http://europa.eu.int/comm/enlargement/report_2005/pdf/package/sec_1423_final_en_progress_report_ks.pdf)

<b>LITUÂNIA: DEPUTADA CONSERVADORA CONTRA A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA EUROPEIA DA ILGA EM VILNIUS</b>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------

*Fonte: The Baltic Times, 9 November 2005, [www.baltictimes.com/art.php?art\\_id=13980](http://www.baltictimes.com/art.php?art_id=13980)*

A deputada conservadora Vilija Aleknaite-Abamikiene ficou indignada ao saber dos planos para a realização de uma conferência internacional de lésbicas e gays em Vilnius.

A intenção de organizar uma conferência desta natureza em 2007 são um «grave erro», afirmou ela. «Embora devamos reconhecer e respeitar os direitos das minorias, nós devemos ver e analisar um contexto social mais alargado».

«Na Lituânia, cuja maioria dos cidadãos se considera Católica, essa intenção pode ser vista como uma iniciativa provocatória e pouco amistosa», lê-se num comunicado de imprensa que cita Vilija Aleknaite-Abamikiene.

Vilnius foi escolhida como anfitriã da Conferência da ILGA-Europa de 2007 em Outubro passado, em Paris.

## **BÉLGICA: OUTRA VITÓRIA EM MATÉRIA DE ADOPÇÃO**

Fonte: *Expatriate Online*, 10 November 2005, [www.expatriate-online.com/news/index.cfm](http://www.expatriate-online.com/news/index.cfm)

Uma Comissão Parlamentar belga aprovou a proposta que confere aos casais de gays e lésbicas o direito a adotarem crianças. A proposta foi aprovada por 9 votos a favor e 7 contra.

Os socialistas e os liberais flamengos votaram a favor do reconhecimento do direito à adopção por parte dos casais de pessoas do mesmo sexo, ao lado dos socialistas francófonos e dos verdes. Os cristãos democratas e o partido de extrema direita *Vlaams Belang* discordaram da proposta.

A proposta, apresentada por Guy Swennen (socialista flamengo), foi fonte de grande comoção nos últimos meses.

Os cristãos democratas flamengos aprovaram a ideia inicialmente, mas mudaram de opinião em resultado da pressão exercida pela sua facção mais conservadora e pela organização para defesa da família tradicional, *Gezinsbond*.

Tanto os cristão democratas flamengos como os liberais francófonos sugeriram várias alterações à proposta antes das férias parlamentares. Foram todas rejeitadas na altura.

A proposta irá agora ser apreciada pela câmara baixa do Parlamento. Não se sabe ainda se a maioria dos deputados irá votar favoravelmente a proposta, na sua redacção actual.

Os deputados do partido liberal francófono poderão mudar o seu voto num sentido ou noutro. Para além disso, nem toda a gente no seio do partido liberal flamengo se mostra totalmente satisfeita com a proposta actual.

## **REINO UNIDO: STONEWALL «REGOZIJA-SE» COM A CEDÊNCIA DO GOVERNO EM MATÉRIA DE BENS E SERVIÇOS**

Fonte: *Comunicado de imprensa da Stonewall*, 9 de Novembro de 2005

A Stonewall expressou hoje o seu regozijo pelo facto de o Governo ter finalmente acedido a consagrar a proibição da discriminação contra os homossexuais no domínio do fornecimento de bens e serviços, desde a prestação de cuidados de saúde por parte do *NHS*<sup>1</sup> aos sectores do turismo e dos seguros. Os Ministros anunciaram esta tarde na Câmara dos Lordes que aceitarão o teor das alterações sugeridas pela *Stonewall* ao texto do projecto de lei em matéria de igualdade apresentado por Waheed Alli e Chris Smith.

«A decisão desta noite terá um enorme e significativo impacto sobre as vidas de centenas de milhar de lésbicas e gays», afirma Ben Summerskill, Director Executivo da *Stonewall*. «Em 2005, os homens homossexuais ainda podem ser discriminados pelos médicos de clínica geral do *NHS* e as lésbicas podem ver ser-lhes rejeitada a estadia em hotéis. Estamos satisfeitíssimos pelo facto de o Governo ter finalmente aceitado a necessidade urgente de pôr termo a estas formas gritantes de discriminação que prejudicam a vida quotidiana das pessoas».

A decisão surge na sequência de meses de pressão por parte da *Stonewall* no âmbito da campanha «Dêem-nos os bens». A medida recebeu o apoio dos liberais democratas e dos principais pares conservadores na discussão ocorrida na Câmara dos Lordes em 19 de Outubro, mas o Governo tinha resistido, até agora, à pressão para alterar o projecto de lei.

<sup>1</sup> NHS: *National Health Service*, Serviço Nacional de Saúde [N.T.]

«Felizmente, cartazes dizendo “Não são admitidos negros” ou “Não são admitidos irlandeses” tornaram-se uma coisa do passado», afirma Bem Summerskill. «É chocante que os hotéis ainda possam colocar, em 2005, letreiros onde digam “Não são admitidos gays” e esperamos com ansiedade a rápida implementação da nova lei que nos foi prometida».

O projecto de lei sobre igualdade foi apresentado na Câmara dos Lordes e já alcançou a fase final do procedimento parlamentar. A terceira leitura decorre hoje de tarde, já com as alterações propostas incluídas. Espera-se que o projecto de lei seja apresentado na Câmara dos Comuns no decurso da próxima quinzena.

## **IRLANDA: RELATÓRIO SOBRE REFORMA CONSTITUCIONAL DEFENDE A CONSAGRAÇÃO DE DIREITOS PARA OS CASAIS NÃO UNIDOS PELO MATRIMÓNIO**

*Fonte: Carl O'Brien, Correspondente de Assuntos Sociais, The Irish Times, 7 de Novembro de 2005*

Os casais não unidos pelo matrimónio que coabitem em relações duradouras deveriam gozar das mesmas regalias que os casais unidos pelo matrimónio em matérias como a fiscalidade e a protecção social, de acordo com um relatório sobre questões constitucionais aprovado por uma comissão composta por deputados de todos os partidos com assento no *Oireachtas*.

Trata-se de uma de várias propostas de alteração à constituição e à legislação vigente, com vista a proporcionar um maior reconhecimento das famílias não fundadas no matrimónio. As alterações teriam implicações profundas para os cerca de 70 000 casais que se estima viverem em condições análogas às dos cônjuges no país, dos quais pelo menos 1 300 são casais de pessoas do mesmo sexo.

Contudo, a Comissão, composta por 14 membros e presidida pelo deputado do *Fianna Fáil* e advogado Denis O'Donovan, não irá recomendar alterações à definição da família como sendo baseada no casamento. As actas das reuniões, que o *The Irish Times* consultou, revelam que alguns membros da Comissão reacearam que qualquer alteração à definição tradicional da família poderia abrir a porta ao reconhecimento do casamento de pessoas do mesmo sexo.

Embora uma minoria dos membros apoiasse a alteração da definição de família, outros advertiram que um referendo sobre esta questão poderia ser «mal interpretado e fonte de divisões». Foi sublinhado que a maioria dos contributos apresentados defendia a manutenção da família tradicional.

A Comissão para a Reforma Constitucional do *Oireachtas*, que é formada por deputados de todos os partidos e que analisou, durante mais de um ano, as disposições constitucionais relativas à família, deverá recomendar:

- Uma alteração constitucional que sublinhe os direitos individuais das crianças. Ela iria igualmente reforçar a protecção dos direitos dos progenitores naturais e dos progenitores solteiros;
- Alterações legislativas com vista a conferir direitos em matéria de impostos, sucessões e imposto de selo aos cerca de 77 000 casais não unidos pelo matrimónio e do mesmo sexo que se estima existem;
- Uma alteração constitucional destinada a conferir uma redacção neutra em matéria de género ao artigo que se refere à mulher doméstica;
- Alterações legislativas destinadas a reforçar a posição do pai biológico perante os tribunais de família.

Ao decidir não recomendar qualquer alteração à definição de família, a Comissão optou por não ir tão longe como o Grupo de Revisão Constitucional de 1996, que apoiou a introdução de uma disposição que garantisse a todas as pessoas o respeito pela vida familiar «quer a mesma se baseie no casamento ou não».

Ao invés, a maior parte dos membros concordou que ao reforçar os direitos das famílias não conjugais através de alterações legislativas e ao consagrar os direitos da criança na Constituição, o reconhecimento dos casais que coabitam e dos pais solteiros seria substancialmente melhorado.

O relatório deverá ser publicado nas próximas semanas.

O *Taoiseach* Bertie Ahern concordou que é necessário reconhecer e proteger as uniões irregulares, sejam do mesmo sexo ou não, mas decidiu não tomar qualquer decisão até à publicação do relatório.

## **REINO UNIDO: DEIXEM OS HOMOSSEXUAIS CONTRAIR MATRIMÓNIO, DIZ PROEMINENTE JUÍZA**

*Fonte: Joshua Rozenberg, Editor de Assuntos Jurídicos, Telegraph, 9 de Novembro de 2005*  
[www.telegraph.co.uk/news/main.jhtml?xml=/news/2005/11/09/nhale09.xml&sSheet=/news/2005/11/09/ixnewstop.html](http://www.telegraph.co.uk/news/main.jhtml?xml=/news/2005/11/09/nhale09.xml&sSheet=/news/2005/11/09/ixnewstop.html)

A mais proeminente juíza britânica defendeu, ontem à noite, que os casais de pessoas do mesmo sexo deveriam poder casar.

Lady Hale, a única mulher que foi nomeada juíza na Câmara dos Lordes, afirmou que a partir do próximo mês a Lei sobre Uniões Civis permitirá aos casais de pessoas do mesmo sexo alcançar «um estatuto que é o do casamento em quase tudo menos no nome».

«Nem todos os homossexuais estão igualmente satisfeitos com esta situação», sublinhou ela, mas acrescentou: «Se as pessoas querem tanto as regalias como as responsabilidades do casamento, não vejo porque é que lhe devemos negar isso».

Impedir os companheiros homossexuais de casar «poderia fazer sentido nos dias em que o casamento existia para proteger a pureza da linha masculina, mas não é disso que se trata hoje em dia», disse Lady Hale. «Os casais de qualquer orientação sexual podem aspirar, todos, ao compromisso e interdependência implicados no casamento».

Lady Hale, que se divorciou em 1992 e voltou a casar, afirmou que, «contrariamente ao que se julga» ela nunca defendeu a abolição do casamento.

«Ele continua a conferir a melhor protecção para os membros mais vulneráveis da família: as crianças e quem toma conta delas», disse. «Ainda é conveniente para os burocratas que, de outra forma, teriam de tomar decisões substantivas para determinar se um casal deveria ou não ter direito a certas regalias».

Mas existem «preocupações sobre se devem ser impostas normas e expectativas semelhantes às do casamento a pessoas que escolhem um estilo de vida diferente».

Lady Hale, que foi a 29.<sup>a</sup> oradora a proferir a Conferência F. A. Mann, organizada pela firma de Advogados Herbert Smith, defendeu a introdução de reformas na legislação matrimonial.

Embora aceitando que deveria continuar a manter-se um estatuto privilegiado para os cônjuges, ela afirmou que existem defensores de uma forma de relacionamento menos profunda do que a do casamento. Em alternativa, os acordos pré-nupciais poderiam ser tornados obrigatórios.

Outra opção seria aumentar o apoio financeiro aos casais em união de facto que decidissem separar-se.

Uma outra possibilidade seria alargar os benefícios do casamento às pessoas solteiras que fossem responsáveis por filhos de outras pessoas, ou que tomassem conta de pessoas idosas.

Mas essa não é a prioridade: em primeiro lugar é necessário corrigir a lei para os casais unidos pelo matrimónio e «quase casados».

#### **50 000 CASAIS DE PESSOAS DO MESMO SEXO NOS PAÍSES BAIXOS**

*Fonte: Expatica, 14 de Novembro de 2005,  
[http://www.expatica.com/source/site\\_article.asp?subchannel\\_id=19&story\\_id=25307&name=50%2C000+gay+couples+in+the+Netherlands](http://www.expatica.com/source/site_article.asp?subchannel_id=19&story_id=25307&name=50%2C000+gay+couples+in+the+Netherlands)*

O número de casais de pessoas do mesmo sexo nos Países Baixos aumentou vertiginosamente nos últimos anos.

Existiam 53 000 casais de gays e lésbicas a viver juntos nos Países Baixos no início de 2005, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística dos Países Baixos (CBS). Há dez anos atrás existiam menos de 39 000 casais de gays ou lésbicas a viverem juntos.

Quase um quarto dos casais de gays e lésbicas estão unidos pelo casamento ou por uma união registada. Destes, 12% são casados e 10% vivem em união registada.

O CBS afirmou que existem 29 000 casais masculinos, e 24 000 casais femininos. Apesar do significativo aumento no número de casais de gays e lésbicas, o grupo representa pouco mais de 1 por cento do número total de casais a viverem juntos nos Países Baixos.

Cerca de 9 %dos agregados constituídos por gays ou lésbicas nos Países Baixos inclui uma ou mais crianças. Os casais de lésbicas são os que mais têm crianças; 18% das lésbicas que coabitam têm uma criança, contra 1 por cento dos casais de gays.

Os casais de gays e lésbicas parecem preferir as grandes cidades. Cerca de um quarto destes casais vivem em uma das quatro grandes cidades dos Países Baixos (Amesterdão, Haia, Utrecht e Roterdão). E 13% de todos os casais de gays e lésbicas vive em Amesterdão.

#### **CIDADE POLACA PROÍBE MARCHA GAY POR RAZÕES DE SEGURANÇA; ORGANIZADORES AFIRMAM QUE EXISTIRAM INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS POR DETRÁS DA DECISÃO**

*Fonte: Warsaw Independent, 15 de Novembro de 2005.*

O presidente da câmara de Poznan, uma cidade no oeste da Polónia, proibiu, na terça-feira, 15 de Novembro, a realização de uma marcha gay.

Anna Szpytko, porta-voz do presidente da câmara de Poznan, Ryszard Grobelny, afirmou na terça-feira, dia 15 de Novembro, que a decisão se devia a preocupações com a segurança do evento. Os organizadores da marcha, denominada Marcha pela Igualdade, afirmam que Grobelny cedeu às exigências do Partido Direito e Justiça (PiS), de direita, no poder, e à Liga das Famílias Polacas (LPR), de extrema direita.

A LPR, os seus associados e o diário *Nasz Dziennik*, que é propriedade de um grupo religioso de direita que dirige igualmente a estação de rádio *Maryja*, criticaram ferozmente o desfile. Os políticos locais do PiS e da LPR, bem como os membros do Conselho Social do Arcebispado de Poznan, afirmaram que o desfile iria causar «depravação e criar risco para os residentes de Poznan».

O município de Poznan e o presidente da câmara Grobelny tinham anteriormente dito que não existiam razões para proibir a marcha. A decisão surge meio ano depois de um desfile semelhante ter

sido programado em Varsóvia e ter sido proibido pelo presidente da Câmara da capital, Lech Kaczynski, que foi eleito como novo presidente da Polónia em 23 de Novembro.

A marcha de Poznan, que deveria reunir cerca de 500 manifestantes, deveria ter lugar no dia 19 de Novembro, integrada nas comemorações dos Dias da Igualdade e da Tolerância, em Poznan, e foi organizada por grupos de esquerda, ecologistas e feministas. Um evento semelhante, devidamente autorizado, deveria ter tido lugar em 2004, mas foi impedido quando activistas de extrema-direita da Juventude Polaca, uma organização ligada à LPR, começaram a lançar pedras contra os manifestantes.

Segundo a agência noticiosa PAP, uma responsável do município de Poznan, Katarzyna Wilk, terá afirmado que a decisão foi tomada depois de consultas com a polícia e com a autoridade rodoviária da cidade.

«O presidente da câmara de Poznan decidiu que existe um conflito entre as regras da liberdade de manifestação e a protecção da propriedade privada», Wilk terá afirmado, acrescentando que a cidade tinha anteriormente solicitado aos organizadores que convertessem a marcha numa simples manifestação, pedido que teria sido recusado.

Os Verdes 2004, um dos grupos organizadores do evento, referiu na quinta-feira que iriam recorrer da decisão do presidente da câmara de Poznan junto do *voivode*, o representante do governo central em Poznan. De acordo com Marta Jermaczek, da organização, uma manifestação é uma das opções a ser ponderada.

Izabela Kowalczyk, dos Verdes 2004, terá ainda referido que a proibição da marcha é uma decisão política que nada tem que ver com razões de segurança. Ela afirmou que a sua organização tinha recebido anteriormente garantias da polícia de que se encontrava pronta para manter a segurança no decorrer do desfile.

«Lamento que o presidente da câmara de Poznan tenha cedido às exigências dos políticos do PiS, da LPR e da Juventude Polaca. Lamento que a tolerância e a democracia tenham cedido perante esta pressão», afirmou Kowalczyk.

Depois de ter proibido as Marchas gays de 2004 e 2005 em Varsóvia, o PiS, no poder, deu a entender que não permitiria que homossexuais ensinassem crianças, ao mesmo tempo que o novo Primeiro-Ministro da Polónia, Kazimierz Marcinkiewicz, afirmou, numa entrevista que concedeu à edição polaca da *Newsweek*, que considerava a homossexualidade uma anormalidade.

O novo governo polaco, liderado por Marcinkiewicz, que é minoritário e é apoiado por partidos da extrema direita e populistas de esquerda, decidiu recentemente extinguir o Alto Comissariado do Governo para a Igualdade entre Homens e Mulheres, que promovia igualmente a igualdade de tratamento relativamente aos homossexuais. Os planos oficiais de transformar o serviço no Alto Comissariado do Governo para a Família e as Mulheres foram também postos em causa na segunda-feira, dia 14 de Novembro, pelo diário *Nasz Dziennik*, que criticou Joanna Kluzik-Rostkowska, a candidata à posição de Alta Comissária, devido ao seu apoio público à inseminação artificial. O Primeiro-Ministro polaco, Kazimierz Marcinkiewicz, suspendeu as diligências com vista à nomeação do novo Alto Comissário após estes protestos.

Na terça-feira, Marcinkiewicz afirmou aos jornalistas que o serviço já não seria criado, assumindo Kluzik-Rostkowska o posto de subsecretária de estado no Ministério do Trabalho e das Políticas Sociais, tornando-se, na prática, a vice-ministra do Trabalho e das Políticas Sociais.

A decisão de proibir a Marcha de Poznan acontece no 20.º aniversário do desencadeamento, na Polónia, da Operação Jacinto, com vista à obtenção secreta de informações sobre os homossexuais que integravam as forças de segurança. A operação começou no dia 15 de Novembro de 1985, por ordens do Ministro da Administração Interna comunista Czeslaw Kiszczak, e durou dois anos, durante os quais a polícia, na altura denominada *militsiya*, reuniu informações sobre cerca de 11 000 homossexuais, muitos dos quais foram interrogados e objecto de recolha de impressões digitais.

A homossexualidade não é ilegal na Polónia desde 1932.

## **A EUROPA TEM DE REAGIR IMEDIATAMENTE CONTRA A DISCRIMINAÇÃO E A HOMOFOBIA NA POLÓNIA**

*Comunicado de imprensa da ILGA-Europa, 21 de Novembro de 2005*

No dia 19 de Novembro de 2005 mais um desfile pacífico destinado a apoiar a igualdade e a tolerância foi proibido na cidade polaca de Poznan. A marcha foi organizada por um conjunto de organizações polacas de defesa e promoção dos direitos das mulheres, das lésbicas, dos gays, dos bissexuais e dos transsexuais. Apesar da proibição, a marcha realizou-se na mesma mas acabou por ser dispersada pela polícia e os participantes foram detidos e interrogados. A ILGA-Europa está profundamente desiludida e preocupada com o nível de discriminação explícita que continua a ser praticada por parte das autoridades polacas. A ILGA-Europa exorta as organizações europeias e os Estados europeus a denunciarem imediatamente estas acções intoleráveis por parte das autoridades polacas.

Ao aderir à União Europeia (UE), ao Conselho da Europa (CE) e à Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), a Polónia comprometeu-se a respeitar os princípios da não-discriminação, da igualdade e da liberdade de reunião pacífica.

A ILGA-Europa pede a todas as organizações europeias e aos Estados-Membros da UE, do CE e da OSCE que manifestem o seu repúdio e adoptem de imediato medidas para forçar a Polónia a cumprir as suas obrigações internacionais.

Patricia Prendiville, Directora Executiva da ILGA-Europa, afirmou:

«Estamos profundamente preocupados com os desenvolvimentos ocorridos na Polónia nos últimos meses. As acções das autoridades polacas, proibindo manifestações pacíficas em Varsóvia no início deste ano e em Poznan no fim de semana passado e extinguindo a autoridade polaca para a igualdade, constituem indícios preocupantes de que a Polónia está a ignorar completamente as obrigações que sobre si impendem e que se comprometeu a respeitar quando ingressou em diversas organizações europeias».

«Já é tempo de as organizações e Estados europeus enviarem uma mensagem firme às autoridades polacas de que este tipo de comportamento não é tolerável e que contradiz os acordos e valores europeus».

### **Informações complementares para os editores:**

(1) A ILGA-Europa é a estrutura regional para a Europa da Associação Internacional de Lésbicas e Gays (ILGA) e trabalha na promoção e defesa dos direitos humanos e para a igualdade de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais a nível europeu.

(2) O artigo 12.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia garante a todos a liberdade de reunião pacífica e o artigo 21.º dispõe que a discriminação fundada na orientação sexual é proibida. A Directiva sobre Igualdade no Emprego de 2000, directiva 2000/78/EC, exige expressamente que os Estados-Membros da UE proibam a discriminação fundada na orientação sexual no domínio do emprego.

(3) O artigo 11.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem garante a todas as pessoas o direito a manifestar-se pacificamente e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem declarou já, em diversas ocasiões, que a discriminação fundada na orientação sexual constitui uma violação das disposições da Convenção.

(4) O artigo 9.º das Conclusões da reunião de Copenhaga da Conferência sobre a Dimensão Humana da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa garante a todos o direito de se reunirem e manifestarem pacificamente.

## **CARTA DA ILGA-EUROPA SOBRE A SITUAÇÃO NA POLÓNIA ENVIADA AOS RESPONSÁVEIS COMUNITÁRIOS**

*ILGA-Europa, 22 de Novembro de 2005*

A seguinte carta foi enviada ao Presidente da Comissão da UE, Barroso, ao Presidente do Parlamento Europeu, Fontelles, e aos Comissários UE Spidla e Frattini:

Escrevemos-lhe para manifestar a nossa profunda desilusão e as nossas sérias preocupações a respeito da persistente e evidente homofobia e discriminação contra as pessoas gays, lésbicas, bissexuais e transsexuais (LGBT) na Polónia.

Tanto quanto sabemos, irá reunir-se com o Primeiro-Ministro da Polónia no decurso desta semana, razão pela qual lhe solicitamos que denuncie imediatamente estas acções intoleráveis e adopte medidas concretas contra os actos discriminatórios e as atitudes homofóbicas das autoridades polacas.

Nos últimos meses as pessoas LGBT têm sido sujeitas, na Polónia, a inaceitáveis expressões de ódio por parte de importantes políticos polacos, incluindo o Primeiro-Ministro da Polónia.

No dia 19 de Novembro de 2005, mais uma manifestação pacífica em apoio da igualdade e da tolerância foi proibida na cidade polaca de Poznan. O desfile foi organizado por um conjunto de organizações feministas e LGBT polacas. Apesar da proibição a marcha foi realizada, mas acabou por ser impedida pela polícia e muitos dos que nela participavam foram detidos e interrogados.

Ao aderir à União Europeia a Polónia aceitou os princípios da não-discriminação, da igualdade e da liberdade de reunião e manifestação pacíficas.

Eliminar as várias formas de discriminação, incluindo a fundada na orientação sexual, é um dos princípios fundamentais da União Europeia. O artigo 21.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia preceitua que a discriminação fundada na orientação sexual será proibida na UE. A Directiva da UE sobre a igualdade no emprego, de 2000, Directiva 2000/78/CE, exige expressamente que os Estados-Membros da UE proíbam a discriminação fundada na orientação sexual no domínio do emprego. Para além disso, o artigo 12.º da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia garante a todos o direito de reunião pacífica.

O artigo 11.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem garante a todos o direito de reunião pacífica e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos declarou, em várias ocasiões, que a discriminação fundada na orientação sexual viola as disposições da Convenção. Para além disso, o Tribunal afirmou que existe uma obrigação de conteúdo positivo de proteger aqueles que exercem o seu direito de reunião pacífica face a intromissões violentas por parte de contra-manifestantes [1].

Solicitamos-lhe que suscite a questão da homofobia e da discriminação contra as pessoas LGBT na Polónia no decurso da sua reunião com o Primeiro-Ministro polaco e que dirija uma mensagem firme às autoridades polacas de que tal comportamento não é tolerável e contradiz os acordos e valores europeus. Solicitamos-lhe que recorde ao Primeiro-Ministro da Polónia e às autoridades polacas de que, como membro da União Europeia e de acordo com o artigo 6.º do Tratado de Nice, a Polónia tem a obrigação de respeitar e proteger os direitos das minorias.

Paradoxalmente, apenas há alguns dias atrás o Primeiro-Ministro polaco anunciou a extinção da autoridade para a igualdade do país, que tinha a seu cargo as questões da discriminação fundada no género, na deficiência na raça e na orientação sexual. Dado o elevadíssimo nível de discriminação e de comentários altamente ofensivos contra as pessoas LGBT, consideramos esta decisão, no mínimo, pouco avisada. A nossa experiência demonstra que os organismos nacionais em matéria de igualdade, que se ocupam da protecção dos direitos das minorias, são uma ferramenta extremamente útil para a eliminação de várias formas de discriminação e para promover um maior respeito e uma maior compreensão dos grupos minoritários.

Sendo assim, vimos pedir-lhe que suscite a questão da criação de um novo organismo para as questões da igualdade, de forma a garantir que o país lidará efectivamente com as várias formas de discriminação, incluindo a fundada na orientação sexual.

Teremos todo o prazer em reunirmo-nos consigo para discutir este problema em maior detalhe ou para disponibilizar maior informação sobre ele.

Com os melhores cumprimentos,  
**Patricia Prendiville**  
Directora Executiva da ILGA-Europa

[1] *Platform 'Arzte fur das Leben' c. Áustria*, n.º 10126/82, 44 DR 65

## **TOMADA DE POSIÇÃO DO INTERGRUPO DO PARLAMENTO EUROPEU PARA OS DIREITOS DE GAYS E LÉSBICAS SOBRE A SITUAÇÃO NA POLÓNIA**

*Pelo Intergrupo para os Direitos de Gays e Lésbicas, 24 November 2004*

### **Uma nova forma de totalitarismo caiu sobre a Polónia**

O Presidente e responsáveis do Intergrupo para os Direitos de Gays e Lésbicas estão chocados pelos eventos que ocorreram na semana passada na Polónia. Eles estão profundamente preocupados com a violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais no seio de um Estado-Membro da UE.

Apesar de o Presidente da Câmara de Poznan e de as Autoridades Regionais terem proibido a marcha pela igualdade, no sábado, dia 19 de Novembro de 2005, a Marcha Pela Igualdade ocorreu em Poznan no contexto da celebração do Dia Internacional da Tolerância. «*Acreditamos que a celebração e a Marcha criam um espaço para a discussão sobre a tolerância, solidariedade e anti-discriminação através de várias actividades culturais, sociais e educacionais*».

O evento foi incorrectamente designado como marcha do «orgulho gay» e considerado um perigo para a segurança e propriedade públicas. A marcha pacífica tentou apenas promover os valores da tolerância, da anti-discriminação e dos direitos humanos. Durante a marcha, vários manifestante de extrema-direita atacaram os participantes no desfile e a Polícia decidiu prender cerca de 60 dos participantes.

É inaceitável observar que comportamentos e comentários de tal forma discriminatórios de políticos e autoridades dos Estados-Membros da UE são tolerados na UE. A defesa de uma única forma de pensamento e a exclusão das minorias constitui um retrocesso social.

A Polónia, enquanto signatária da Carta dos Direitos Fundamentais da UE, deveria respeitar as suas obrigações à luz da Carta, que consagra o princípio da não discriminação nas diversas legislações nacionais.

Michael Cashman,  
Presidente do Intergrupo do Parlamento Europeu para os Direitos de Gays e Lésbicas

Sophie in't Veld , Raúl Romeva, Alexander Stubb,  
Vice-Presidentes do Intergrupo do Parlamento Europeu para os Direitos de Gays e Lésbicas

## TOMADA DE POSIÇÃO DA AMNISTIA INTERNACIONAL SOBRE A SITUAÇÃO NA POLÓNIA

Fonte: *Amnistia Internacional – Declaração Pública, Índice AI: EUR 37/002/2005 (Público)*  
Comunicado de imprensa n.º: 318, 25 de Novembro de 2005

A Amnistia Internacional está preocupado com o clima de intolerância na Polónia contra a comunidade lésbica, gay, bissexual e transsexual (LGBT), caracterizada pela proibição de eventos públicos organizados pela comunidade LGBT, pela utilização pública de linguagem homofóbica por parte de alguns políticos proeminentes e pelo incitamento ao ódio homofóbico por parte de alguns grupos de direita. Neste contexto, a Amnistia Internacional constata, igualmente com preocupação, a recente extinção do gabinete governamental responsável pela promoção da igualdade de tratamento das minorias sexuais.

No dia 15 de Novembro de 2005, o Presidente da Câmara de Poznan, Ryszard Grobelny, proibiu um evento público denominado «Marcha pela Igualdade», organizado por um conjunto de organizações feministas e LGBT polacas e que deveria ter lugar no dia 19 de Novembro. De acordo com os organizadores, a Marcha pela Igualdade visava proporcionar uma base para a discussão sobre a tolerância, a não discriminação e o respeito pelos direitos das minorias sexuais.

O Presidente da Câmara emitiu a proibição devido a «razões de segurança» e a uma alegada «ameaça para os residentes de Poznan». Contudo, foi noticiado que as questões de segurança, incluindo a alteração do percurso da marcha de modo a obedecer às exigências de segurança, já tinham sido acordadas entre o município e os organizadores. A Amnistia Internacional está preocupado pelo facto de a decisão de proibir este desfile, tal como sucedeu com outros casos anteriores, ter sido motivada mais pela intolerância em relação aos membros da comunidade LGBT na Polónia do que apenas por puras razões de segurança.

Apesar da proibição, algumas centenas de pessoas juntaram-se no dia 20 de Novembro para uma manifestação. De acordo com notícias vindas a público, foram assediados e intimidados por membros de um grupo de extrema-direita conhecido por «Juventude Polaca» (*Młodzież Wszechpolska*), que terá gritado: «Vamos gasear os maricas» e «Vamos fazer-vos o que Hitler fez aos Judeus». A Polícia interveio mais para o final da marcha, para dispersar os que nela participavam, alegadamente tratando de forma mais violenta alguns indivíduos e detendo e interrogando mais de 65 pessoas, que foram libertadas mais tarde.

A Amnistia Internacional está preocupada pelo facto de os acontecimentos de Poznan não se tratarem de um evento isolado mas serem parte de uma série de proibições de eventos organizados pela comunidade LGBT. A Marcha pela Igualdade de Poznan de Novembro de 2004 foi interrompida porque a Polícia não dispensou aos participantes a protecção necessária contra membros da Juventude Polaca que impediram a realização do desfile; as Marchas pela Igualdade na Capital, Varsóvia, de Junho de 2004 e, novamente, de Maio de 2005, foram proibidas.

Quando recusou, pelo segundo ano consecutivo, autorização para a realização da Parada pela Igualdade em Varsóvia, em Maio de 2005, o então Presidente da Câmara da cidade, Lech Kaczyński, do Partido a Lei e da Justiça (*Prawo i Sprawiedliwość*) – que foi posteriormente eleito Presidente da Polónia – considerou que um acontecimento dessa natureza seria «sexualmente obsceno» e ofensivo para os sentimentos religiosos das demais pessoas. A parada improvisada acabou por ter lugar no dia 10 de Junho, juntando mais de 2 500 participantes. Pouco menos de uma semana depois, o Presidente da Câmara autorizou a chamada Marcha pela «normalidade», durante a qual, segundo as notícias vindas a público, membros da Juventude Polaca se manifestaram pelas ruas de Varsóvia e gritaram palavras de ordem incitando à intolerância e à homofobia. Em Setembro de 2005, um tribunal de Varsóvia considerou que a decisão do Presidente da Câmara de proibir a Marcha pela Igualdade era ilegal.

Durante o ano, outras figuras políticas terão, alegadamente, feito comentários explicitamente homofóbicos, incluindo o de que se um homossexual «tentar infectar outros com a sua homossexualidade, então o Estado deve intervir nesta violação da liberdade», negando qualquer «tolerância para homossexuais e desviados» e «Não confundamos a propaganda brutal das atitudes homossexuais por apelos à tolerância. Para eles o nosso governo significará, de facto, uma noite escura».

Dado este clima em relação à comunidade LGBT na Polónia, a Amnistia Internacional está preocupada com a recente extinção do Gabinete do Alto-Comissário do Governo para a Igualdade entre Homens e Mulheres, que era responsável pela promoção da igualdade de tratamento das minorias sexuais. A extinção do gabinete torna a Polónia o único país da União Europeia (UE) sem um serviço governamental de monitorização da discriminação e põe em causa o seu nível de cumprimento da legislação da UE no que tange à proibição da discriminação. Em 2004, o Comité de Direitos do Homem da ONU saudou a nomeação do Alto-Comissário e «a extensão das competências do Alto-Comissário às questões relacionadas não apenas com a discriminação com base no sexo mas igualmente fundada na (...) orientação sexual». Esta afirmação surgiu no contexto das preocupações manifestadas pelo Comité de Direitos do homem de que o direito das minorias sexuais a não serem objecto de discriminação não estaria a ser devidamente acautelado na Polónia e que os actos e atitudes discriminatórios contra as pessoas com base na orientação sexual não estavam a ser devidamente investigados e punidos. O Comité recomendou que as forças policiais e os funcionários judiciais recebessem uma formação adequada, de modo a desenvolver a sua sensibilidade para os direitos das minorias sexuais e aconselhou a consagração de uma proibição expressa da discriminação fundada na orientação sexual na legislação polaca.

O direito internacional proíbe a discriminação com qualquer fundamento e encoraja os estados a aprovarem legislação destinada a proteger as pessoas do incitamento ao ódio. Concretamente, tanto o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) como a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, obrigam os respectivos Estados Partes a garantir a todos os indivíduos o gozo dos seus direitos humanos sem qualquer discriminação baseada na orientação sexual. A Polónia é signatária destes dois instrumentos e está plenamente sujeita às suas disposições.

A Amnistia Internacional exorta as autoridades polacas a cumpriram as suas obrigações à luz do direito internacional dos direitos humanos, designadamente através da proibição explícita da discriminação dirigida contra as minorias sexuais e da investigação e punição de todas as formas de expressão pública destinadas a incitar ao ódio e à intolerância contra as minorias sexuais. Os membros do Governo e outros políticos proeminentes deveriam não apenas evitar fazer comentários homofóbicos em público, mas igualmente mostrar a sua capacidade de liderança de modo a assegurar que os direitos fundamentais a não ser discriminado, à liberdade expressão e à liberdade de associação são activamente promovidos e a construir uma sociedade onde tais direitos possam ser gozados por todos.

#### **SUÉCIA: ÅKE GREEN ABSOLVIDO PELO SERMÃO RELATIVO A GAYS**

*Fonte: The Local, 29 de Novembro de 2005,  
<http://www.thelocal.se/article.php?ID=2590&date=20051129>*

Åke Green, o pastor Pentecostal sueco que foi condenado a um mês de prisão devido a um sermão em que condenou a homossexualidade, foi absolvido pelo Supremo Tribunal, em Estocolmo.

Green, de Borgholm, na ilha do Mar Báltico de Öland, afirmou que se sentia «aliviado» pela decisão, que o absolveu da prática do crime de «agitação contra grupos minoritários».

«Estava preparado para a possibilidade de poder ser absolvido, mas também de poder ser condenado», afirmou ele à agência noticiosa TT, a partir da sua Igreja.

Os grupos de defesa e promoção dos direitos dos homossexuais condenaram a decisão, afirmando que ela priva a lei de qualquer sentido.

«É extremamente grave que a Igreja seja transformada numa zona livre para a agitação», afirmou Sören Andersson, presidente do grupo de defesa e promoção dos direitos dos homossexuais RFSL.

«Nós vamos agora enfrentar uma crescente agitação por parte de grupos Cristãos de extrema-direita, que utilizam a Igreja como um fórum para espalhar a sua mensagem de ódio».

Green afirmou que a decisão era muito importante para si e para os seus colegas pastores.

«Agora podemos sentir-nos mais livres para espalhar a Palavra de Deus», disse ele, mas afirmou que não faria mais sermões sobre a homossexualidade.

«Toda a gente sabe qual é a minha posição sobre essa matéria», disse.

Numa decisão proferida por escrito, o Supremo Tribunal sublinhou que os comentários de Green tinham ido para além do que poderia ser considerado uma discussão objectiva e razoável sobre as pessoas homossexuais. Åke Green utilizou expressões no seu sermão sabendo perfeitamente que elas seriam vistas como ofensivas.

Mas o Tribunal decidiu que a condenação não seria confirmada pelo Tribunal Europeu.

Vários casos similares resultaram em absolvições no Tribunal Europeu, disse o Presidente do Supremo Tribunal, Johan Munck, à TT.

«Outra razão para a decisão foi a de o sermão ter sido proferido perante a sua própria congregação de fiéis. Contudo, não penso que isto constitua uma luz verde para sermões semelhantes», disse Munck.

Tendo em consideração a totalidade das circunstâncias em que os comentários de Green foram feitos, torna-se claro que eles não configuram nenhum tipo de discurso fundado no ódio, diz-se na decisão.

Isto aplica-se igualmente às porções mais radicais do sermão, nas quais as «anormalidades sexuais» foram descritas como um tumor. Vistas no contexto do resto do sermão elas não poderiam ser vistas como incitando ou apoiando o ódio contra os homossexuais, decidiu o Tribunal.

Green afirmou, entre outras coisas, que «as pessoas sexualmente pervertidas até animais violarão».

Green e o seu advogado, Percy Bratt, argumentaram que estes comentários eram simplesmente o resultado de uma interpretação literal da Bíblia.

O Procurador Stefan Johansson argumentou que Green foi muito para além do que diz a Bíblia e que estava a expressar as suas próprias opiniões.

O Tribunal da Comarca de Kalmar condenou inicialmente Green a um mês de prisão, mas o Tribunal da Relação de Göta revogou a decisão.

Amina Ek, directora da organização de luta contra a discriminação *Centrum mot Racism*, avisou que a absolvição de Green poderia levar a um aumento do racismo e da homofobia.

«Os crimes fundados no ódio estão a aumentar, especialmente os dirigidos contra as pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais)», afirmou ela, considerando que são frequentemente os mesmos grupos que fazem a propaganda ao ódio contra os judeus, ciganos, muçulmanos e pessoas homossexuais na Internet.

Sören Andersson, da RFSL, afirmou que a decisão provava a necessidade de a legislação ser reforçada.

Ele rejeitou a posição daqueles que consideram que ao invés de condenar Åke Green, as opiniões homofóbicas deveriam ser confrontadas através do debate.

«O que se esquecem é que a RFSL, entre outros, já faz isso há muito tempo».

«A agitação e as ameaças tal como aquelas que foram proferidas por Åke Green limitam os direitos e oportunidades das pessoas LGBT para participarem no debate».

### **SUÉCIA: LÉSBICAS QUE SE BEIJARAM NÃO FORAM VÍTIMAS DE DISCRIMINAÇÃO**

Fonte: *The Local*, 15 de Novembro de 2005,  
<http://www.thelocal.se/article.php?ID=2497&date=20051115>

O dono de um restaurante que expulsou duas lésbicas depois de se terem beijado no seu estabelecimento não violou a lei, considerou o Tribunal da Relação de Estocolmo.

O Tribunal manteve uma decisão de um tribunal de primeira instância que concluiu que a acusação não tinha provado que o dono do restaurante tinha agido com a intenção de discriminar as mulheres, revelou o programa de rádio sueca *Ekot*.

O incidente ocorreu em 2003, num restaurante no distrito de Kungsholmen, em Estocolmo. Para além do processo-crime, o dono do restaurante foi objecto de uma acção intentada pelas mulheres nos tribunais civis. Na decisão de terça-feira foi considerado que, no âmbito do processo-crime, a acusação não tinha produzido prova suficiente da intenção discriminatória do dono do restaurante.

As mulheres podem ter-se sentido humilhadas, considerou o tribunal, mas não existem elementos de que foram expulsas devido à sua orientação sexual.

Na acção civil o ónus da prova recai sobre o dono do restaurante. Ele já foi condenado a pagar às duas mulheres 50 000 coroas a título de indemnização pelos prejuízos por elas sofridos, mas o Tribunal Supremo irá apreciar um recurso interposto contra a decisão.

### **BÓSNIA-HERZEGOVINA: IIVQM RECONHECIDO LEGALMENTE**

Por Vanja Hamzic, 15 de Novembro de 2005

Depois de longas negociações com as autoridades da Bósnia-Herzegovina e após a realização dos necessários preparativos, a Iniciativa Internacional para a Visibilidade dos Muçulmanos *Queer* (*International Initiative for Visibility of Queer Muslims* (IIVQM)) foi legalmente reconhecida e registada como organização não governamental na Bósnia-Herzegovina. Trata-se da primeira organização muçulmana *queer* a ser reconhecida num país predominantemente muçulmano (ou um país onde os muçulmanos não são considerados minoritários), bem como a única organização *queer* baseada na fé nos Balcãs.

A IIVQM foi fundada em Novembro de 2004 por um grupo de activistas LGBTIQ da Bósnia-Herzegovina e do Líbano. O seu principal objectivo é estabelecer um diálogo baseado na fé entre as minorias sexuais, de género e culturais e o resto das nossas sociedades. Ela visa congregar académicos e activistas *queer* muçulmanos, que possam dar voz à comunidade *queer* muçulmana oprimida, contribuir para a criação e desenvolvimento do movimento LGBTIQ, especialmente nos chamados «países muçulmanos» e representar os seus interesses na cena internacional religiosa e dos direitos humanos.

Se pretende saber mais sobre a IIVQM, como pode aderir a ela ou apoiar-nos, pode contactar-nos por e-mail: [iivqm.bih@gmail.com](mailto:iivqm.bih@gmail.com).

## **SUÉCIA: PERSEGUIÇÃO FUNDADA NO GÉNERO OU NA ORIENTAÇÃO SEXUAL PODERÁ SER MOTIVO DE CONCESSÃO DE ESTATUTO DE REFUGIADO**

*Fonte: Website do Parlamento sueco, 17 de Novembro de 2005,  
[http://www.riksdagen.se/templates/R\\_PageExtended\\_7779.aspx](http://www.riksdagen.se/templates/R_PageExtended_7779.aspx)*

As pessoas que corram o risco de serem perseguidas devido ao género ou à orientação sexual poderão reunir os requisitos para a concessão do estatuto de refugiado. Na quinta-feira, a Comissão de Segurança Social concordou com a proposta do Governo. A Comissão propôs igualmente que as vítimas de tráfico de pessoas sejam autorizadas a permanecer na Suécia desde que se mostrem reunidas determinadas condições.

De acordo com a proposta do Governo, que foi aprovada pela Comissão, as pessoas que demonstrem ter um receio fundado de serem vítimas de perseguição devido ao género ou orientação sexual e que, ao abrigo das disposições legais em vigor, beneficiam de protecção como «pessoas que precisam, por outras razões, de protecção», passarão a receber protecção como refugiados. A ideia é dar a estas pessoas uma maior protecção na prática. A proposta aplica-se, entre outros, aos homossexuais ou às mulheres que correm o risco de ser objecto de mutilação genital ou de violência motivada pela defesa da honra.

Actualmente, o estatuto de refugiado pode ser concedido a pessoas que corram o risco de serem perseguidas com fundamento na raça, nacionalidade, pertença a um grupo social particular ou devido às suas crenças e opiniões religiosas ou políticas.

A proposta prevê que as alterações sugeridas entrem em vigor na mesma data que a nova Lei de Estrangeiros, em 31 de Março de 2006.

## **NORUEGA: INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL PARA LÉSBICAS**

*Fonte: Aftenposten, 16 de Novembro de 2005,  
<http://www.aftenposten.no/english/local/article1158034.ece>*

A Ministra para a Igualdade, Karita Bekkemellem, acredita que o Governo deveria ponderar a possibilidade de reconhecer às lésbicas o direito a beneficiarem de tratamentos de inseminação artificial.

Na Noruega apenas as mulheres heterossexuais que vivam em união estável com um homem podem recorrer à inseminação artificial. As lésbicas norueguesas que pretendam ter filhos têm de viajar até aos países escandinavos vizinhos para obterem ajuda – uma vez que esses tratamentos são legais na Dinamarca, na Suécia e na Finlândia.

A Ministra para a Igualdade, Karita Bekkemellem, considera que é altura de o Governo ponderar a possibilidade de imitar estes países, de acordo com a agência noticiosa ANB.

«É natural que esta questão seja abordada no âmbito dos trabalhos preparatórios de uma legislação matrimonial neutra em relação ao género», afirmou Bekkemellem à ANB através de e-mail.

Os partidos minoritários que formam a coligação de centro-esquerda têm opiniões diferentes relativamente à possibilidade de os casais de pessoas do mesmo sexo gozarem dos mesmos direitos em matéria de adopção e de inseminação artificial que os casais de pessoas de sexo diferente.

O Partido do Centro, de entono agrário, opõe-se a tal possibilidade, enquanto o partido Socialista de Esquerda (SV) afirma no seu programa eleitoral que a inseminação artificial deveria ser autorizada às lésbicas que vivam numa relação estável.

A porta-voz do SV para a política de saúde, Inga Marte Thorkildsen, ficou satisfeita por saber que Bekkemellem estava a ponderar a questão, afirmando que o seu partido se opunha à discriminação a todos os níveis.

O Partido Trabalhista, maioritário, está longe de ter uma posição unânime sobre esta matéria controversa. No congresso nacional do partido, que teve lugar esta Primavera, a proposta de autorizar as lésbicas a recorrer à inseminação artificial foi rejeitada.

### **SONDAGEM: CHECOS MAIS TOLERANTES EM RELAÇÃO AOS GAYS DO QUE OS POLACOS E ESLOVACOS**

*Fonte: Czech Happenings, 28 de Novembro de 2005,  
[http://www.ceskenoviny.cz/news/index\\_view.php?id=159948](http://www.ceskenoviny.cz/news/index_view.php?id=159948)*

Os checos são mais tolerantes em relação aos homossexuais do que as pessoas nas vizinhas Polónia, Eslováquia e Hungria, de acordo com uma sondagem realizada pelas agências CVVM, CEORG e Focus recentemente divulgada.

O direito dos homossexuais a registarem as suas uniões é apoiado por mais checos do que polacos, eslovacos ou húngaros.

De acordo com a sondagem da CVVM, em que participaram 1 075 pessoas com idade superior a 15 anos, 42% dos checos concorda que os homossexuais tenham o direito a unir-se pelo matrimónio.

Apenas 21% dos polacos, 25% dos húngaros e 24% dos eslovacos concorda com os casamentos homossexuais. Pelo contrário, 58% dos checos que responderam, 70% tanto de polacos como húngaros, e 69% dos eslovacos são contra.

Os cidadãos dos quatro países mostram-se mais tolerantes em relação às uniões registadas.

Segundo a sondagem, 62% dos checos, 42% dos polacos, 36% dos húngaros e 39% dos eslovacos concordam com as uniões registadas de homossexuais, um direito a que se opõem 30% dos checos, 47% dos polacos, 58% dos húngaros que respondem e 53% dos eslovacos.

A maior percentagem de pessoas nos quatro países são contra a adopção de crianças por casais de pessoas do mesmo sexo. Esta opinião foi expressa por 72% dos checos, 84% dos polacos que responderam, 70% dos húngaros e 77% dos eslovacos.

Apenas 18% dos checos, 9% dos polacos, 26% dos húngaros e 14% dos eslovacos concordam que os homossexuais deveriam ter o direito a adoptar crianças.

Os checos admitem também mais frequentemente que conhecem um gay ou lésbica pessoalmente. De acordo com a sondagem, 43% dos checos, 30% dos eslovacos, 14% dos polacos e 8% dos húngaros afirmam conhecerem alguma pessoa homossexual.

Pelo contrário, 50% dos checos que responderam, 87% dos húngaros, 83% dos polacos e 63% dos eslovacos afirmam que não conhecem nenhum homossexual.

## FEDERAÇÃO EUROPEIA GAY E LÉSBICA DE DESPORTO – CARTA DE DIVULGAÇÃO

Pela EGLSF

Talvez alguns de vocês já tenham ouvido falar de nós e da nossa organização, a EGLSF (*European Gay and Lesbian Sport Federation*; Federação europeia gay e lésbica de desporto) e já tenham visitado a nossa página na *web* ([www.eglsf.info](http://www.eglsf.info)).

A EGLSF foi criada em 1989 por vários clubes desportivos LGBT europeus, tendo em vista a promoção da integração, não discriminação e visibilidade através do desporto. Actualmente, a EGLSF conta com mais de 100 clubes, com cerca de 10 000 atletas de 17 países. Para além disso, a EGLSF, juntamente com as cidades seleccionadas para o efeito, organiza um evento anual, os *EuroGames* (EuroJogos, [www.eurogames.info](http://www.eurogames.info)). A última edição, a 10.<sup>a</sup>, teve lugar em Junho último, em Utrecht, na Holanda.

A EGLSF, enquanto organização, tem sido reconhecida como parceira, com estatuto de ONG, pelo Conselho da Europa. Neste sentido, a EGLSF colabora com outros organismos e organizações (União Europeia, Conselho da Europa, ILGA-Europa, etc.), oferecendo o seu contributo e experiência a programas como o FARE (*Football Racism in Europe*). Acreditamos que se trata de uma parte importante da nossa actividade, de modo a alcançar plenamente os objectivos e ideais da nossa associação.

Nos próximos dias 2 a 5 de Março, a EGLSF irá reunir em Budapeste a sua Assembleia-geral Anual (AGA). Os membros e observadores da EGLSF irão discutir vários assuntos, tais como o nosso plano de trabalho em curso, o futuro dos *EuroGames*, as ligações da EGLSF com as organizações desportivas LGBT internacionais, o desenvolvimento do nosso trabalho no domínio do activismo, bem como outras questões de interesse geral. Para além disso, será ainda decidido quais as cidades que organizarão os *EuroGames* de 2007 e 2008. Mas sobretudo, e daí a justificação desta carta, iremos realizar, no início da AGA, no dia 3 de Março à tarde, uma **sessão especial de divulgação**.

Para tanto, estamos a considerar o seguinte:

- Uma tarefa importante da EGLSF é tentar tornar conhecido e desenvolver o desporto LGBT na Europa, porque estamos convencidos do seu valor potenciador tanto individual como socialmente.
- Consideramos que muitas áreas europeias (países ou regiões) são susceptíveis de acções de divulgação, ou seja, são áreas onde o desporto LGBT não está implantado ainda, ou, se o está, não se encontra organizado em clubes ou estes não são por nós conhecidos.
- O potencial e a diversidade europeus são enormes a todos os níveis e é importante receber informação de todos os países ou regiões de modo a permitir o desenvolvimento de relações e a cooperação.
- Estamos conscientes da diferente situação tanto das questões como do desporto LGBT, em função da legislação, das atitudes e da situação económica locais. Pretendemos tomar na devida consideração tais circunstâncias.

Sendo assim, tomamos a decisão de realizar uma **sessão especial de divulgação** como primeiro acto da nossa próxima Assembleia Geral Anual, como forma de facilitar a reunião dos nossos membros com as pessoas, grupos e organizações de áreas com menor ou nenhuma presença do desporto LGBT. Com a ajuda de todos os participantes, gostaríamos de criar com esta sessão um espaço aberto para a troca de ideias e de experiência e para a manifestação de desejos e necessidades com vista a um futuro desenvolvimento de relações e da cooperação.

Para além disso, os participantes terão a oportunidade de assistir e de participar na Assembleia-geral da EGLSF, nos seus trabalhos e funcionamento, de modo a obterem um conhecimento directo do que nela se passa.

Assim, e agora num tom mais prático, convidamo-vos a preencher e enviar o **formulário de inscrição** anexo (ver o nosso *website*), com vista a dar a conhecer a vossa organização, grupo ou

actividade, bem como a vossa vontade e interesse em participar. Esperamos proporcionar um apoio substancial para as despesas de deslocação e contamos com a hospitalidade dos nossos amigos do *Sport Club Atlasz*, de Budapeste, para assegurar o alojamento dos participantes. Uma quantia diária para despesas será igualmente oferecida aos participantes.

A EGLSF fará o seu melhor para aceitar o máximo de inscrições possível, mas sendo uma organização que opera com base no voluntariado, está limitada por um orçamento apertado. Pedimos desde já desculpas e a vossa compreensão.

Esperamos encontrar muitos de vocês em Budapeste e apresentamos os nossos desejos de um Bom Ano Novo.

Com os nossos mais calorosos cumprimentos,  
A Direcção da EGLSF

<b>CONVITE À APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS PARA A CONFERÊNCIA ANUAL SOBRE IDENTIDADE, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE DA ASSOCIAÇÃO FEMINISTA E DE ESTUDOS DE MULHERES</b>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

*Por Susana Pavlou, Mediterranean Institute of Gender Studies, 16 de Novembro de 2005*

Associação Feminista e de Estudos de Mulheres (Reino Unido + Irlanda)  
Conferência Anual: «Identidade, Sexualidade, Diversidade», 14 e 15 de Julho de 2006, Universidade de Bradford.

A ênfase da Conferência será colocada na criação de relações entre a teoria e a acção, entre académicos e activistas. Os temas da Conferência serão interdisciplinares e reflectem tanto as diversidades que se podem encontrar tanto no Reino Unido como internacionalmente. Os temas incluem, mas não limitam as intervenções, às questões da identidade, da sexualidade e da diversidade e:

- apoio social
- estudos europeus
- raça e etnicidade
- deficiência e capacidade
- heterossexualidade, sexualidade, identidade
- identidade lésbica, gay, bissexual e transsexual
- justiça criminal

Estamos interessados em sumários que investiguem e representem o caleidoscópico humano da «diferença». Questões como a sexualidade, etnicidade, deficiência e os aspectos múltiplos do impacto da diversidade na identidade ou identidades. O nosso objectivo é o de explorar os modos como as pessoas se apercebem e negociam os limites, sejam eles baseadas em características sociais, culturais, nacionais, étnicas ou de género. A nossa abordagem aceita o feminismo em todos os seus muitos aspectos.

A *Feminist and Women's Studies Association (UK + Ireland)* [Associação Feminista e de Estudos de Mulheres (Reino Unido + Irlanda)] tem uma longa tradição em juntar a acção feminista com a investigação feminista. O Departamento de Estudos Sociais e Humanidades tem especiais condições no desenvolvimento destas relações entre a teoria e a prática nos domínios do apoio social, dos estudos de mulheres, da política social e da justiça criminal.

A Universidade de Bradford tem relações muito próximas com as diversas comunidades de Bradford e desenvolveu políticas crescentemente alargadas de participação e de igualdade de oportunidades

que reflectem o seu compromisso com a representação e a igualdade. A Conferência reflectirá o nosso empenho no trabalho conjunto e na reformulação das fronteiras tradicionais entre «cidade e hábito», teoria e prática.

Os sumários dos trabalhos, no máximo com 150 palavras, deverão ser enviados para [fwsacon@bradford.ac.uk](mailto:fwsacon@bradford.ac.uk) até 20 de Janeiro de 2006.

Gostaríamos de receber sumários de pessoas exteriores à Academia e de activistas.

Contamos preparar uma obra contendo os artigos que venham a ser preparados, em co-autoria, na sequência da Conferência.

Mais informação pode ser obtida junto de  
Valerie Bentley,  
Social Science and Humanities,  
University of Bradford,  
Bradford,  
BD7 1DP

Ou de Clare Beckett  
[c.beckett@bradford.ac.uk](mailto:c.beckett@bradford.ac.uk)